

TCE-GO - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS

18/06/2026

Sumário

1. TCE-GO aprova parecer prévio das contas do Governo de 2025
2. TCE-GO aprova contas de 2025 e destaca equilíbrio fiscal da gestão estadual
3. Governo cumpre metas fiscais e TCE dá parecer pela aprovação das contas
4. Goiás lança Balanço Cidadão 2025 em 24 de junho com dados simplificados das contas públicas | Gazeta do Estado
5. TCE-GO aprova contas de 2025 com investimentos recordes e menor endividamento desde a LRF | Gazeta do Estado
6. Fundo imobiliário do Estado inclui Hipódromo, antiga Agrodefesa e área ao lado do TCE em carteira preliminar; veja lista - Jornal Opção
7. TCE avalia déficit e aprova contas de 2025
8. Governo de SP rompe contrato com empresa do IA Contra o Crime
9. Governo de Goiás decide atender despesas adicionais dos poderes e órgãos
10. Juiz suspende contrato do governo de Goiás com a Paladium para o IA Contra o Crime
11. TCE-GO aprova parecer prévio das contas do Governo de Goiás de 2025

DIÁRIO CENTRAL - GO • impresso • tce-go
17/06/2026 03:00

TCE-GO aprova parecer prévio das contas do Governo de 2025

Visualizar notícia

INDICADORES

TCE-GO aprova parecer prévio das contas do Governo de 2025

Relatório destaca cumprimento das metas fiscais, investimentos recordes e manutenção do equilíbrio das contas públicas

O Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) aprovou, nesta terça-feira (16/6), o parecer prévio das Contas Anuais do Governador referentes ao exercício de 2025, último ano completo da gestão do ex-governador Ronaldo Caiado. O parecer foi emitido pelo Pleno da Corte, sob relatoria do conselheiro Sebastião Tejota.

Ao votar pela aprovação, Tejota destacou o cumprimento das exigências constitucionais nas áreas de saúde e educação, das metas fiscais e dos limites previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal. "Os gastos com pessoal permaneceram abaixo do limite legal, alcançando 50,7% da receita", afirmou.

A secretária da Economia, Renata Lacerda Noleto, afirmou que a aprovação das contas reforça a consistência do trabalho desenvolvido pelo Estado na gestão das finanças públicas. "O resultado demonstra o compromisso permanente com a responsabilidade na aplicação dos recursos públicos e com uma gestão cada vez mais transparente, eficiente e orientada à entrega de resultados para a população", destacou.

As contas receberam determinações e recomendações pontuais que serão analisadas e acolhidas pela Secretaria da Economia. "Temos buscado evoluir continuamente na qualidade das informações apresentadas e vamos avaliar as recomendações do tribunal, como já vem ocorrendo nos últimos exercícios", afirmou o superintendente Central de Contabilidade, Ricardo Borges de Rezende.

Para o subsecretário do Tesouro Estadual, Wederson Xavier de Oliveira, o resultado reflete o compromisso do Estado com a responsabilidade fiscal e a qualidade da informação contábil e financeira. "A aprovação das contas demonstra o cumprimento dos limites legais e fiscais e reforça a solidez da gestão das finanças públicas estaduais", disse.

O relatório destacou o crescimento da arrecadação estadual, a manutenção do equilíbrio fiscal e financeiro e a ampliação dos investimentos públicos. Em 2025, a receita líquida do Estado alcançou R$ 49,6 bilhões, enquanto os investimentos somaram R$ 7,21 bilhões, o maior volume da série histórica em valores reais. As disponibilidades de caixa atingiram R$ 13,9 bilhões, assegurando elevada capacidade de pagamento.

O documento também registra que Goiás alcançou o menor nível de endividamento bruto desde a edição da Lei de Responsabilidade Fiscal, com dívida consolidada equivalente a 62,6% da Receita Corrente Líquida (RCL).

DIÁRIO DE GOIÁS ONLINE - GOIÂNIA - GO • site • tce-go
17/06/2026 20:20

TCE-GO aprova contas de 2025 e destaca equilíbrio fiscal da gestão estadual

Visualizar notícia

Fonte original

O Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) aprovou, nesta terça-feira (16), o parecer prévio das Contas Anuais do Governador referentes ao exercício de 2025, último ano completo da gestão do ex-governador Ronaldo Caiado. O parecer foi emitido pelo Pleno da Corte sob relatoria do conselheiro Sebastião Tejota.

Ao votar pela aprovação, o relator destacou o cumprimento das exigências constitucionais nas áreas de saúde e educação, além do atendimento às metas fiscais e aos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF):

“Os gastos com pessoal permaneceram abaixo do limite legal, alcançando 50,7% da receita”, afirmou Tejota durante a apreciação das contas.

Equilíbrio fiscal e investimentos recordes

O relatório do TCE-GO apontou crescimento da arrecadação estadual, manutenção do equilíbrio fiscal e financeiro e ampliação dos investimentos públicos.

Receba as principais notícias e outros conteúdos como esse no seu WhatsApp! Siga o canal do Diário de Goiás.

Segundo os dados apresentados, a receita líquida do Estado alcançou R$ 49,6 bilhões em 2025. Já os investimentos públicos somaram R$ 7,21 bilhões, o maior volume da série histórica em valores reais.

O documento também registra que as disponibilidades de caixa chegaram a R$ 13,9 bilhões, reforçando a capacidade financeira do Estado.

Outro indicador destacado foi a redução do endividamento. Goiás atingiu o menor nível de dívida consolidada desde a criação da Lei de Responsabilidade Fiscal, com endividamento equivalente a 62,6% da Receita Corrente Líquida (RCL).

Economia destaca responsabilidade na gestão

A secretária da Economia, Renata Lacerda Noleto, afirmou que a aprovação das contas reforça a consistência da política fiscal adotada pelo Estado.

“O resultado demonstra o compromisso permanente com a responsabilidade na aplicação dos recursos públicos e com uma gestão cada vez mais transparente, eficiente e orientada à entrega de resultados para a população”, destacou.

O superintendente Central de Contabilidade, Ricardo Borges de Rezende, ressaltou que as recomendações feitas pelo tribunal serão avaliadas pela pasta.

“Temos buscado evoluir continuamente na qualidade das informações apresentadas e vamos avaliar as recomendações do tribunal, como já vem ocorrendo nos últimos exercícios”, afirmou.

Transição para o Propag é destaque

O relatório também destacou a conclusão da transição do Regime de Recuperação Fiscal (RRF) para o Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados (Propag).

De acordo com o governo estadual, a mudança pode representar uma economia estimada em R$ 26 bilhões no serviço da dívida ao longo dos próximos 30 anos.

Para o subsecretário do Tesouro Estadual, Wederson Xavier de Oliveira, a aprovação das contas evidencia a solidez das finanças públicas goianas. “A aprovação das contas demonstra o cumprimento dos limites legais e fiscais e reforça a solidez da gestão das finanças públicas estaduais”, afirmou.

Processo segue para a Alego

A apreciação das contas contou ainda com a participação do procurador-geral do Ministério Público de Contas do Estado de Goiás, Fernando dos Santos Carneiro. Com a emissão do parecer prévio pelo Tribunal de Contas, o processo segue agora para a Assembleia Legislativa de Goiás (Alego), responsável pelo julgamento definitivo das contas do exercício de 2025.

G5 NEWS - GOIÂNIA - GO • site • tce-go
17/06/2026 11:41

Governo cumpre metas fiscais e TCE dá parecer pela aprovação das contas

Visualizar notícia

Fonte original

O Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) aprovou, nesta terça-feira (16/6), o parecer prévio das Contas Anuais do Governador referentes ao exercício de 2025, último ano completo da gestão do ex-governador Ronaldo Caiado. O parecer foi emitido pelo Pleno da Corte, sob relatoria do conselheiro Sebastião Tejota.

Ao votar pela aprovação, Tejota destacou o cumprimento das exigências constitucionais nas áreas de saúde e educação, das metas fiscais e dos limites previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal. “Os gastos com pessoal permaneceram abaixo do limite legal, alcançando 50,7% da receita”, afirmou.

A secretária da Economia, Renata Lacerda Noleto, afirmou que a aprovação das contas reforça a consistência do trabalho desenvolvido pelo Estado na gestão das finanças públicas. “O resultado demonstra o compromisso permanente com a responsabilidade na aplicação dos recursos públicos e com uma gestão cada vez mais transparente, eficiente e orientada à entrega de resultados para a população”, destacou.

As contas receberam determinações e recomendações pontuais que serão analisadas e acolhidas pela Secretaria da Economia. “Temos buscado evoluir continuamente na qualidade das informações apresentadas e vamos avaliar as recomendações do tribunal, como já vem ocorrendo nos últimos exercícios”, afirmou o superintendente Central de Contabilidade, Ricardo Borges de Rezende.

Para o subsecretário do Tesouro Estadual, Wederson Xavier de Oliveira, o resultado reflete o compromisso do Estado com a responsabilidade fiscal e a qualidade da informação contábil e financeira. “A aprovação das contas demonstra o cumprimento dos limites legais e fiscais e reforça a solidez da gestão das finanças públicas estaduais”, disse.

Principais indicadores
O relatório destacou o crescimento da arrecadação estadual, a manutenção do equilíbrio fiscal e financeiro e a ampliação dos investimentos públicos. Em 2025, a receita líquida do Estado alcançou R$ 49,6 bilhões, enquanto os investimentos somaram R$ 7,21 bilhões, o maior volume da série histórica em valores reais. As disponibilidades de caixa atingiram R$ 13,9 bilhões, assegurando elevada capacidade de pagamento.

O documento também registra que Goiás alcançou o menor nível de endividamento bruto desde a edição da Lei de Responsabilidade Fiscal, com dívida consolidada equivalente a 62,6% da Receita Corrente Líquida (RCL).

Outro destaque foi a conclusão da transição do Regime de Recuperação Fiscal (RRF) para o Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados (Propag), com potencial de economia estimada em R$ 26 bilhões no serviço da dívida ao longo de 30 anos.

A apreciação das contas contou com participação do procurador-geral do Ministério Público de Contas do Estado de Goiás, Fernando dos Santos Carneiro. Com a emissão do parecer prévio, o processo segue para a Assembleia Legislativa de Goiás (Alego), responsável pelo julgamento definitivo das contas.

GAZETA DO ESTADO ONLINE - GOIÂNIA - GO • site • tce-go
17/06/2026 17:50

Goiás lança Balanço Cidadão 2025 em 24 de junho com dados simplificados das contas públicas | Gazeta do Estado

Visualizar notícia

Fonte original

A Secretaria da Economia de Goiás lançará na quarta-feira (24/6), às 10h, no auditório do Complexo Fazendário, em Goiânia, o Balanço Cidadão 2025. A publicação, com 38 páginas, reúne em linguagem acessível informações sobre as contas públicas e as principais ações realizadas pelo Estado no ano passado, com o objetivo de ampliar a transparência, permitir o acompanhamento do orçamento e fortalecer a fiscalização do uso dos recursos. O evento contará com a participação da secretária da Economia, Renata Noleto, do subsecretário do Tesouro Estadual, Wederson Xavier, e do superintendente Central de Contabilidade, Ricardo Rezende. Em sua quarta edição anual, o Balanço Cidadão apresenta dados resumidos do Balanço Geral do Estado e de relatórios da Controladoria-Geral do Estado, encaminhados ao Tribunal de Contas do Estado. Textos, gráficos e imagens são utilizados com abordagem didática para facilitar o entendimento e o controle social sobre os dados contábeis e as entregas governamentais. Elaborada pela Superintendência Central de Contabilidade, a publicação estará disponível no site da Secretaria da Economia.

Fonte: Agência Goiás

GAZETA DO ESTADO ONLINE - GOIÂNIA - GO • site • tce-go
17/06/2026 11:46

TCE-GO aprova contas de 2025 com investimentos recordes e menor endividamento desde a LRF | Gazeta do Estado

Visualizar notícia

Fonte original

O Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) aprovou, nesta terça-feira (16/06), o parecer prévio das Contas Anuais do governador referentes ao exercício de 2025, último ano completo da gestão do ex-governador Ronaldo Caiado. O voto foi relatado pelo conselheiro Sebastião Tejota.

Ao defender a aprovação, Tejota destacou o cumprimento das exigências constitucionais em saúde e educação, das metas fiscais e dos limites fixados pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). “Os gastos com pessoal permaneceram abaixo do limite legal, alcançando 50,7% da receita”, afirmou.

O relatório apontou crescimento da arrecadação estadual, manutenção do equilíbrio fiscal e financeiro e ampliação dos investimentos públicos. Em 2025, a receita líquida do Estado somou R$ 49,6 bilhões; os investimentos chegaram a R$ 7,21 bilhões, o maior volume da série histórica em valores reais. As disponibilidades de caixa atingiram R$ 13,9 bilhões, assegurando elevada capacidade de pagamento. O documento também registrou que Goiás obteve o menor nível de endividamento bruto desde a edição da LRF, com dívida consolidada equivalente a 62,6% da Receita Corrente Líquida (RCL). Outro ponto foi a conclusão da transição do Regime de Recuperação Fiscal (RRF) para o Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados (Propag), com potencial de economia estimada em R$ 26 bilhões no serviço da dívida ao longo de 30 anos.

A secretária da Economia, Renata Lacerda Noleto, afirmou que a aprovação reforça a consistência do trabalho de gestão das finanças públicas. “O resultado demonstra o compromisso permanente com a responsabilidade na aplicação dos recursos públicos e com uma gestão cada vez mais transparente, eficiente e orientada à entrega de resultados para a população”, disse. As contas receberam determinações e recomendações pontuais, que serão analisadas e acolhidas pela Secretaria da Economia. “Temos buscado evoluir continuamente na qualidade das informações apresentadas e vamos avaliar as recomendações do tribunal, como já vem ocorrendo nos últimos exercícios”, afirmou o superintendente Central de Contabilidade, Ricardo Borges de Rezende. Para o subsecretário do Tesouro Estadual, Wederson Xavier de Oliveira, “a aprovação das contas demonstra o cumprimento dos limites legais e fiscais e reforça a solidez da gestão das finanças públicas estaduais”.

A apreciação contou com a participação do procurador-geral do Ministério Público de Contas do Estado de Goiás, Fernando dos Santos Carneiro. Com a emissão do parecer prévio, o processo segue para a Assembleia Legislativa de Goiás (Alego), responsável pelo julgamento definitivo das contas.

Fonte: Agência do Governo de Goiás

JORNAL OPÇÃO - ONLINE - GOIÂNIA - GO • site • tce-go
17/06/2026 20:00

Fundo imobiliário do Estado inclui Hipódromo, antiga Agrodefesa e área ao lado do TCE em carteira preliminar; veja lista - Jornal Opção

Visualizar notícia

Fonte original

A proposta do Governo de Goiás que autoriza a criação de fundos de investimento imobiliário (FIIs) com imóveis públicos avançou na Assembleia Legislativa de Goiás (Alego) e ganhou novos detalhes nesta quarta-feira, 17. Um documento utilizado nos estudos de modelagem do projeto revela uma carteira preliminar de 12 imóveis analisados pelo Estado por seu potencial econômico e capacidade de geração de valor.

Entre os bens listados estão a antiga sede da Agrodefesa em Santa Helena de Goiás, o Hipódromo e Tênis Clube, o antigo Clube da Telegoiás, uma área ao lado do Tribunal de Contas do Estado (TCE-GO) e imóveis em Pirenópolis e Pires do Rio.

A relação, no entanto, não representa a lista definitiva dos imóveis que poderão integrar os fundos. Segundo o próprio governo, os bens servem como referência para os estudos técnicos contratados pelo Estado, que buscam avaliar o potencial de valorização dos ativos e estimar o retorno econômico que a operação poderá gerar aos cofres públicos.

O projeto encaminhado pelo governador Daniel Vilela (MDB) prevê a utilização de instrumentos do mercado financeiro para dar nova destinação a imóveis considerados ociosos ou subutilizados. Estudos que embasam a proposta apontam que os empreendimentos desenvolvidos a partir desses ativos podem movimentar até R$ 10,3 bilhões e gerar aproximadamente R$ 1,24 bilhão em receitas para o Estado ao longo da operação.

De acordo com o documento elaborado pela Secretaria de Estado da Administração (Sead), a carteira preliminar foi montada com base em critérios como localização, situação jurídica, potencial construtivo, vocação econômica e capacidade de geração de valor.

O material ressalta que a composição definitiva dependerá de análises técnicas, jurídicas e de viabilidade econômico-financeira, podendo sofrer inclusões ou exclusões ao longo da estruturação do projeto.

Segundo a apresentação, os ativos são, em sua maioria, imóveis sem destinação vinculada a políticas públicas ativas ou considerados subutilizados.

A proposta tem sido discutida pelos deputados estaduais, especialmente em relação aos imóveis que poderão compor o fundo e aos mecanismos de controle sobre futuras parcerias.

Ao Jornal Opção, o líder do Governo na Alego, deputado Talles Barreto (UB), afirmou que os questionamentos apresentados por parlamentares da oposição fazem parte da tramitação normal do projeto.

“Não, não tem nada a travar, não. O questionamento do fundo faz parte do debate da Casa. O deputado Gomide provavelmente vai emendar, nós vamos estar juntando quais são os imóveis. Eu estou com o documento em mãos, mas é tranquilo, acho que faz parte”, declarou.

O parlamentar também ressaltou que a aprovação da lei não significa autorização automática para utilização ou alienação dos imóveis.

“Para que o Estado faça a desafetação de áreas, é preciso aprovar para cada área, aprovar projeto aqui na Casa. O projeto do fundo diz que autoriza o Estado a fazer essa ponte”, explicou.

Segundo Talles, cada parceria envolvendo imóveis do Estado precisará retornar ao Legislativo para análise específica.

“Cada projeto vai vir, porque cada um vai ser uma parceria. Cada imóvel é uma parceria diferente. Vai ter que passar por aqui. Então não vai ser só por decreto. Depois vai ter que vir para cá”,

afirmou.

A proposta estabelece que os imóveis poderão ser incorporados a fundos administrados por gestores especializados do mercado financeiro, seguindo as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Apesar da participação de investidores privados, o Estado deverá permanecer como cotista majoritário, mantendo o controle das decisões estratégicas dos fundos.

Na prática, os ativos poderão ser utilizados em empreendimentos imobiliários, operações de locação, desenvolvimento urbano e outras modalidades de exploração econômica capazes de gerar retorno financeiro para o poder público.

A expectativa do governo é substituir o modelo tradicional de alienação patrimonial, frequentemente marcado por baixa procura em leilões e dificuldades de regularização, por uma estratégia focada na valorização dos ativos ao longo do tempo.

Atualmente, os imóveis analisados somam patrimônio estimado em R$ 604 milhões. Os estudos apresentados pelo governo apontam que a transformação desses ativos em empreendimentos poderá gerar até R$ 1,24 bilhão em receitas ao Estado, além de atrair investimentos privados e estimular a atividade econômica.

O governo argumenta ainda que Goiás possui, pela primeira vez, uma base patrimonial estruturada e atualizada, permitindo que o patrimônio imobiliário seja tratado como uma carteira estratégica de ativos públicos.

Em paralelo à tramitação da proposta, a Secretaria da Economia já emitiu parecer favorável à abertura de crédito adicional de R$ 3,93 milhões para viabilizar a estrutura regulatória e administrativa necessária à implementação do modelo.

O projeto segue em análise na Comissão Mista da Alego e ainda deverá passar por novas discussões antes de ser votado em plenário.

O POPULAR - GO • impresso • tce-go
17/06/2026 03:00

TCE avalia déficit e aprova contas de 2025

Visualizar notícia

TCE avalia déficit e aprova contas de 2025

Rubens Salomão
rubens.salomao@opopular.com.br

O plenário do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) aprovou nesta terça-feira (16), por unanimidade, as contas da gestão do ex-governador Ronaldo Caiado (PSD), no fechamento do último ano de 2025. A corte emitiu parecer prévio favorável aos dados, apesar do registro de déficit primário de R$ 4,45 bilhões. Para o relator, conselheiro Sebastião Tejota, o resultado não representa "desequilíbrio estrutural".

O relatório aprovado pelos conselheiros será encaminhado para deliberação da Assembleia Legislativa (Alego) e aponta que o estado manteve o cumprimento dos principais marcos de legalidade, responsabilidade fiscal e vinculações constitucionais, preservando sua capacidade de financiar políticas públicas e realizar investimentos em áreas estratégicas. Diretamente sobre o déficit, o relator admite os argumentos da gestão, relativos ao aumento de despesas com recursos acumulados desde 2019.

A arrecadação estadual chegou a R$ 49,6 bilhões, com crescimento de 7,07% em relação a 2024. Segundo Sebastião Tejota, "a execução da despesa também foi ampliada de forma significativa, especialmente em investimentos públicos, refletindo esforço governamental de expansão da infraestrutura e fortalecimento da capacidade operacional do Estado". As despesas subiram R$ 25,32% em relação a 2024, sendo que os investimentos avançaram mais de 90%.

"O resultado orçamentário deficitário não decorreu de desequilíbrio estrutural das contas públicas, mas principalmente da utilização de superávit acumulado em exercícios anteriores", defendeu o relator.

O documento aprovado pelo TCE alertou que, "apesar dos resultados positivos, permanecem desafios estruturais relacionados à previdência estadual, ao controle do crescimento das despesas obrigatórias e à necessidade de aperfeiçoamento da governança financeira". O texto aponta necessidade de "atenção" a gestão da Conta Única do governo, que tem sido objeto de "sucessivas manifestações desta Corte ao longo dos últimos exercícios e que ainda demanda providências efetivas para sua plena implementação".

O Tribunal ainda define que a gestão de convênios e outros instrumentos semelhantes para parcerias no âmbito do Executivo, como os novos formatos instituídos para realização de obras com recursos do Fundo Estadual de Infraestrutura (Fundeinfra), ainda carecem de instrumentos que permitam maior clareza e controle. Outra observação demanda a instituição do quadro próprio de pessoal da Goiasprev, que pode contribuir para maior estabilidade institucional e fortalecimento da gestão previdenciária.

O relator citou que o governo cumpriu três das seis determinações do TCE em exercícios anteriores, enquanto duas foram parcialmente atendidas e uma ficou sem atendimento. Das recomendações, duas foram atendidas, uma parcialmente cumprida e outra não atendida.

A análise demonstrou que Goiás permaneceu em conformidade com os parâmetros da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). A despesa com pessoal ficou abaixo dos limites legais, correspondendo a 50,07% da Receita Corrente Líquida Ajustada, e a dívida consolidada encerrou o exercício em R$ 15,18 bilhões, dentro dos limites fixados pelo Senado.

O POPULAR - GO • impresso • tce-go
17/06/2026 03:00

Governo de SP rompe contrato com empresa do IA Contra o Crime

Visualizar notícia



Governo de SP rompe contrato com empresa do IA Contra o Crime

SEGURANÇA Parceria com dispensa de licitação, mesmo modelo feito em Goiás, é rompida após apuração e ação da oposição; partes dizem reavaliar técnica e operações

Fabiana Pulcineli
fabiana.pulcineli@opopular.com.br

A Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo (Prodesp) rescindiu o contrato de parceria com a Paladium Corp Desenvolvimento de Tecnologia para ampliação do programa Muralha Paulista, em meio a apuração por parte do Tribunal de Contas do Estado (TCE-SP). O modelo de parceria feito em São Paulo, com dispensas de licitação, é o mesmo adotado em Goiás, também com a Paladium, para expansão do programa IA Contra o Crime, como mostrou o POPULAR na última sexta-feira (12).

A estatal goiana Goiás Tecnologia (GOtech), que fechou parceria com a Paladium no mês passado, afirmou que não há nenhuma mudança nos planos sobre o ajuste feito por aqui. Em Goiás, Ministério Público (MP-GO) e Tribunal de Contas do Estado (TCE-GO) também apuram denúncias sobre o modelo de contratação

No início deste mês, o TCE-SP pediu esclarecimentos à gestão do governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) sobre a parceria com a Paladium, rebatizada recentemente de Pax. A Secretaria de Segurança Pública de São Paulo contratou a Prodesp, sem licitação, para tocar o programa no valor de R$ 475 milhões, e a estatal, por sua vez, contratou diretamente a Paladium.

Ao apontar questionamentos ao governo, o conselheiro do TCE-SP Dimas Ramalho afirmou que "pode-se cogitar que a empresa pública atuará como mera intermediária de negócios, conferindo, ilegitimamente, ao parceiro privado as vantagens próprias do Regime de Direito Público em função de sua parceria com ente da Administração Indireta".

O caso também vem sendo explorado pela oposição ao governo na Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp), inclusive com pedido de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) protocolado pelo deputado Antônio Donato (PT) na última quinta-feira (11).

O termo da rescisão amigável afirma que as partes "decidiram reavaliar a modelagem técnica e operacional inicialmente existentes, concluindo, de forma consensual, pelo não prosseguimento da parceria neste momento". O documento também diz que a parceria estava em fase inicial de execução, sem que tenha havido transferência de recursos.

"As partes reconheceram que a rescisão amigável se mostra medida mais adequada à preservação da racionalidade administrativa, da segurança jurídica da relação contratual e da boa gestão dos recursos públicos, evitando a constituição de obrigações futuras desnecessárias ou potencialmente onerosas", diz a justificativa do termo.

Em nota, a Pax afirmou que a rescisão é decorrente de decisão anterior, do fim de maio, quando o governo paulista suspendeu o contrato da SSP com a Prodesp "por razões de ordem técnica, relacionadas à insuficiência do prazo atual para a realização de análise completa e adequação dos pontos de distribuição dos equipamentos".

"Como a suspensão não tem prazo para retomada, Prodesp e Pax optaram por rescindir em conjunto a parceria", diz a empresa. A nota afirma que a Pax esclareceu todos os pontos levantados pelo TCE-SP e informou ao órgão de controle a rescisão da parceria. "A parceria estratégica entre uma empresa estatal e uma empresa privada está prevista na Lei das Estatais que regula esse tipo de contrato e é um modelo rotineiramente empregado por estados e entidades federais", finaliza.

Em Goiás, o primeiro contrato com a Paladium/Pax foi assinado em novembro, no valor de R$ 35 milhões, após licitação da Secretaria-Geral de Governo (SGG). Já no projeto de ampliação do programa, a SGG contratou a GOtech por R$ 304 milhões este mês, enquanto a estatal fechou a parceria com a Pax. O valor e os termos do contrato com a iniciativa privada não foram divulgados pelo governo, sob alegação de cláusulas de confidencialidade.

No Paraná, também houve medida do TCE para suspender licitação de R$ 580 milhões para a expansão do Olho Vivo, programa iniciado em 2022 e que também teve a participação da Paladium desde o ano passado. O conselheiro Fernando Guimarães apontou fragilidades no processo, incluindo governança do tratamento de dados pessoais sensíveis e risco de sobrepreço.

Os órgãos de controle apuram possível burla ao processo licitatório, suspeitas de favorecimento e dúvidas sobre comprovação de capacidade técnica e operacional da Pax.

Os programas dos três estados tratam de implantação de câmeras com inteligência artificial para ajudar na identificação de criminosos e no esclarecimento de crimes.

A Paladium começou a atuar em Goiás no primeiro semestre de 2025, com programa piloto no Entorno do Distrito Federal e sem qualquer ato formal com o Estado. O contrato de novembro estabelecia o funcionamento do programa em nove localidades - cidades do Entorno, a região da 44 em Goiânia, e a cidade de Goiás.

Já a previsão da nova parceria é ampliar o programa a 194 cidades, com 4,4 mil câmeras.

O POPULAR ONLINE - GOIÂNIA - GO • site • tce-go
18/06/2026 02:05

Governo de Goiás decide atender despesas adicionais dos poderes e órgãos

Visualizar notícia

Fonte original

Executivo envia texto à Alego com limite individual de entes e inclui incrementos criados até 30 de junho, além dos valores já previstos para 2026

Secretária Renata Noleto: 2026 passa a ser “novo ano base” do teto (Will Rosa / Alego)

ouvir matéria
O governador Daniel Vilela (MDB) encaminhou nesta quarta-feira (17) o projeto de lei que estabelece a divisão do teto global de gastos do estado entre os poderes e órgãos autônomos , com base nos critérios em vigor desde janeiro, com a adesão ao Plano de Pleno Pagamento das Dívidas dos Estados (Propag). O texto atende às principais demandas apresentadas por alguns dos entes estaduais desde o fim do ano passado, já que inclui no limite de despesas primárias, todo o valor referente ao orçamento de 2026, além dos créditos adicionais vigentes até 30 de junho.

Apesar de ter sido lida em plenário, em cumprimento ao primeiro passo para a tramitação da proposta na Assembleia Legislativa de Goiás (Alego), a matéria do Executivo não foi incluída na pauta de reunião da Comissão Mista, realizada logo após a sessão ordinária.

A secretária estadual da Economia, Renata Noleto, afirma que a redistribuição do teto global do estado não considerou a base de cálculo referente a 2021 para avaliação dos limites dos poderes e órgãos autônomos, mas definiu um novo marco referente ao orçamento de 2026.

"O projeto define orçamento, com eventuais suplementações até o dia 30 de junho para os poderes e estabelece esse marco para todos. Assim, o teto do ano de 2026 passa a ser como um novo ano base. A partir de 2027, esse orçamento vai seguir os reajustes previstos nas regras de variação do teto do Propag, que são a aplicação do IPCA e até 70% da variação positiva da receita primária. Estamos trazendo todo mundo para o mesmo cenário", afirma a secretária da Economia.

Procurado pelo POPULAR , o presidente da Alego, Bruno Peixoto (UB), avisou pela assessoria que não trataria do assunto nesta quarta-feira. Segundo apuração da reportagem, a Diretoria Financeira da Casa ainda avalia o texto e realiza projeções financeiras.

Já a Defensoria Pública do Estado de Goiás (DPE-GO) apontou, em nota, que os termos definidos pelo governo estadual atendem às demandas do órgão. "O projeto encaminhado permitirá que a Instituição execute seu orçamento aprovado para o ano de 2026", aponta. Já o Tribunal de Justiça de Goiás (TJ-GO) não respondeu ao pedido de manifestação sobre a redistribuição do teto de gastos.

Os três entes protagonizaram debate com o governo estadual, iniciado logo após a adesão de Goiás ao Propag, ainda na gestão do ex-governador Ronaldo Caiado (PSD), e mantido nos últimos 50 dias, desde a transição para a gestão de Daniel Vilela. Os poderes mantiveram tratativas com a Secretaria de Economia para ampliar o teto de gastos em 2026 . No caso da DPE-GO, a articulação feita busca R$ 99,5 milhões além do limite estabelecido pelo Propag.

Criado pela Lei Complementar nº 212/2025, o Programa prevê que todos os poderes e órgãos independentes devem cumprir isoladamente um teto de gastos , diferentemente do Regime de Recuperação Fiscal (RRF), quando o teto era apurado para o conjunto dos poderes. O limite global de despesas do estado, pelos novos termos, não pode exceder à do exercício de 2021, corrigido pelo IPCA. Se houver aumento da receita primária, o teto pode ser aumentado em 50% do crescimento real, em caso de déficit, ou em 70%, em caso de resultado positivo.

Pelas regras objetivas do Propag, a Defensoria poderia executar R$ 121 milhões em 2026, mas o

orçamento aprovado para este ano soma R$ 220,5 milhões. A instituição alega que ampliou sua estrutura entre 2021 e 2026, com a implantação ou expansão das unidades na capital, em Aparecida de Goiânia, Anápolis, Valparaíso de Goiás, Luziânia, Águas Lindas de Goiás e Trindade.

Já a Alego manteve pressão sobre o Executivo por uma expansão do seu teto de gastos em R$ 110 milhões, o que levaria o limite de despesas correntes para R$ 948 milhões neste ano. A intenção era retomar a inclusão dos valores referentes ao Fundo Especial de Modernização e Aprimoramento Funcional da Alego (Femal) no montante medido em 2021, que é o ano base para o cálculo do teto de gastos.

De acordo com o texto do projeto, a regra única para o cálculo do teto de gastos individualizado dos entes define o "valor máximo de despesas primárias sujeitas a limitação", com o objetivo de seguir a determinação do Propag de que todos os poderes devem cumprir o limite, com critérios próprios definidos por lei estadual.

"A partir do exercício de 2027, os limites individualizados de 2026 do TJ-GO, da Alego, do TCE-GO, do TCMGO, do MPGO e da DPE-GO, serão atualizados anualmente pelo mesmo porcentual aplicável ao limite global anual de despesas primárias do estado, no âmbito do Propag", estipula a proposta.

Margem de ajuste
Já o do próprio Poder Executivo funcionará como uma margem de ajuste para o cumprimento do limite estadual global. "Corresponderá, em cada exercício, à parcela residual do limite global anual de despesas primárias do estado, resultante da diferença entre esse limite global anual e a soma dos limites individualizados atribuídos aos demais Poderes e órgãos autônomos ", aponta o texto.

"A gente tem essa liberdade de redistribuir para acomodar as demandas de cada poder ou órgão, porque o objetivo é que o estado cumpra o teto. A visão é de estado. Não é interessante que um poder ou órgão autônomo não cumpra o teto. Então, nosso objetivo na hora de redistribuir é trazer esse objetivo comum de cumprimento do teto e de manutenção dentro do Propag, porque os benefícios representam a economia de R$ 26 bilhões em 30 anos, com a dívida sem juros, corrigida apenas pelo IPCA", diz a secretária.

O POPULAR ONLINE - GOIÂNIA - GO • site • tce-go
18/06/2026 02:01

Juiz suspende contrato do governo de Goiás com a Paladium para o IA Contra o Crime

Visualizar notícia

Fonte original

Duas dispensas de licitação feitas para ampliação do programa ao custo de R$ 304,8 milhões levaram a ação judicial e pedido de liminar pelo MP-GO

Promotora Leila Maria de Oliveira: parceria acima do limite de subcontratação (João Sérgio)

ouvir matéria
O juiz Everton Pereira Santos, da 5ª Vara da Fazenda Pública Estadual de Goiânia, acatou pedido do Ministério Público de Goiás (MP-GO) e determinou nesta quarta-feira (17) a suspensão imediata do contrato do governo estadual com a empresa Paladium Corp Desenvolvimento de Tecnologia para a ampliação do programa IA Contra o Crime .

O POPULAR mostrou na sexta-feira (12) que o governo fez duas dispensas de licitação para promover a extensão do programa de implantação de câmeras com inteligência artificial a 194 municípios, ao custo de R$ 304,8 milhões .

Na ação judicial protocolada na terça-feira (16), com pedido de liminar, a promotora Leila Maria de Oliveira, da 50ª Promotoria de Justiça de Goiânia, apontou suspeitas de burla ao processo licitatório, vedação a subcontratação, ausência de capacidade técnica e operacional da Goiás Telecom (estatal que assinou a parceria com a Paladium e foi transformada em Goiás Tecnologia, GOtech) e uso da estatal como intermediária para contratação de empresa privada.

Como mostrado pelo POPULAR , a Secretaria-Geral de Governo (SGG) contratou a Goiás Telecom (que virou GOtech), sem licitação, no início deste mês para que a estatal seja responsável pela ampliação do IA Contra o Crime por cinco anos. A GOtech, por sua vez, fechou parceria com a Paladium, que passou a usar o nome de Pax, para executar a missão, em modalidade de "oportunidade de negócio", o que abre espaço para contratação direta em artigo da Lei das Estatais.

"A continuidade da execução do contrato possui potencial para gerar consequências de difícil ou impossível reversão, especialmente em razão do elevado valor envolvido, superior a R$ 304 milhões, da possibilidade de consolidação de despesas públicas de grande monta, da implantação de infraestrutura tecnológica em diversos municípios do Estado e da eventual transferência de recursos públicos para particulares antes da completa apuração da legalidade da contratação", afirmou o juiz na decisão.

Ele também apontou a preocupação com "o tratamento massivo de dados pessoais e biométricos da população goiana, mediante mecanismos de reconhecimento facial, leitura automática de placas e integração com diversas bases de dados públicas". "Uma vez iniciada a coleta, o processamento e o compartilhamento dessas informações, eventual reconhecimento futuro de irregularidades poderá não ser suficiente para restaurar integralmente a situação anterior, diante da natureza sensível dos dados envolvidos", diz a decisão.

O juiz levou em conta o argumento apresentado pela promotora de que o contrato da SGG com a estatal admite subcontratação limitada a 30% do valor total contratado, vedando expressamente a transferência do objeto principal da contratação. "Não obstante, o Ministério Público sustenta que a parceria firmada com a Paladium contempla aproximadamente 60,26% do valor global do empreendimento, circunstância que, caso confirmada, poderá revelar incompatibilidade com os limites estabelecidos no ajuste administrativo", diz o juiz.

"Parcela substancial das atribuições relacionadas ao núcleo tecnológico da solução parece ter sido confiada à empresa privada parceira, circunstância que suscita dúvidas relevantes acerca do efetivo atendimento dos pressupostos que fundamentaram a contratação direta prevista na Lei das Estatais", completa a decisão.

Defesa

O procurador-geral do Estado, Rafael Arruda, afirma que a gestão prepara manifestação jurídica em que defenderá a legalidade dos processos de contratação e disse que é natural que o debate seja levada ao Judiciário. "Estamos tratando de algo muito sofisticado, porque envolve inteligência artificial, contratação de novas tecnologias e o uso do dispositivo que trata de parceria estratégica da Lei das Estatais. Ou seja, tudo é muito novidadeiro. Se a própria lei nos dá instrumentos para testarmos modelos inovadores, a administração pública, de maneira muito responsável, com orientação jurídica, avança e vai avançar mais em modelos inovadores", afirma.

Arruda também defendeu a ampliação do IA Contra o Crime. "O governo aposta muito firmemente nas funcionalidades e nas vantagens dessa política pública, que considera fundamental para que Goiás continue avançando nos índices e no enfrentamento à criminalidade",afirma.

A GOtech não deu resposta sobre a ação movida pelo MP e disse, em nota, que o programa IA Contra o Crime "já auxiliou na resolução de 1,3 mil ocorrências policiais e na identificação e prisão de mais de 300 suspeitos entre janeiro e maio deste ano, com câmeras em operação em nove municípios". Afirmou ainda que a intenção do novo contrato é ampliar o programa a 203 cidades e alcançar 5 mil câmeras implantadas.

A Paladium se manifestou de forma semelhante, citando resultados do programa até aqui, sem responder sobre os questionamentos feitos pelo MP-GO. "Com a parceria agora firmada e a expansão do uso da plataforma, a projeção é de mais de 10 mil crimes elucidados só até o final deste ano --- um impacto sem precedentes no uso de tecnologia para segurança pública no Brasil, consolidando Goiás como referência nacional", diz a nota.

A empresa afirmou que a parceria segue a Lei das Estatais e que "reproduz a estrutura padrão de colaboração adotada por algumas das principais empresas públicas e privadas de tecnologia operando no País - como Serpro, Google, Amazon e Microsoft".

"A empresa pública é contratada pelo governo e é a responsável pela entrega da solução tecnológica encomendada, cabendo a ela a manutenção e a disponibilidade dos equipamentos, a conectividade, o processamento e o armazenamento de dados e a relação institucional. Ao parceiro privado, cabe apenas oferecer o componente no qual é especializado: uma plataforma de AI, que o setor público não possui e não poderia desenvolver sozinho", finaliza a nota da Paladium.

A ação do MP de Goiás se soma a procedimentos dos Tribunais de Contas dos Estados de São Paulo e Paraná, que também adotaram medidas contra programas idênticos - Muralha Paulista e Olho Vivo, respectivamente - implantados pelos governos estaduais com a participação da Paladium. O POPULAR mostrou na terça-feira que o governo de São Paulo assinou rescisão amigável com a empresa em contrato que havia sido alvo de questionamento no valor de R$ 475 milhões. No Paraná, o TCE também determinou suspensão de licitação para o programa.

O TCE de Goiás também informou que vem apurando denúncia recebida sobre a atuação da Paladium no Estado, mas só poderá divulgar detalhes após o julgamento.

TRIBUNA DO PLANALTO ONLINE - GOIÂNIA - GO • site • tce-go
17/06/2026 12:30

TCE-GO aprova parecer prévio das contas do Governo de Goiás de 2025

Visualizar notícia

Fonte original

O Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) aprovou, nesta terça-feira (16), o parecer prévio das Contas Anuais do Governador referentes ao exercício de 2025, último ano completo da gestão do ex-governador Ronaldo Caiado. O parecer foi emitido pelo Pleno da Corte, sob relatoria do conselheiro Sebastião Tejota.

Ao votar pela aprovação, Tejota destacou o cumprimento das exigências constitucionais nas áreas de saúde e educação, das metas fiscais e dos limites previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal. “Os gastos com pessoal permaneceram abaixo do limite legal, alcançando 50,7% da receita”, afirmou.

A secretária da Economia, Renata Lacerda Noleto, afirmou que a aprovação das contas reforça a consistência do trabalho desenvolvido pelo Estado na gestão das finanças públicas. “O resultado demonstra o compromisso permanente com a responsabilidade na aplicação dos recursos públicos e com uma gestão cada vez mais transparente, eficiente e orientada à entrega de resultados para a população”, destacou.

As contas receberam determinações e recomendações pontuais que serão analisadas e acolhidas pela Secretaria da Economia. “Temos buscado evoluir continuamente na qualidade das informações apresentadas e vamos avaliar as recomendações do tribunal, como já vem ocorrendo nos últimos exercícios”, afirmou o superintendente Central de Contabilidade, Ricardo Borges de Rezende.

Para o subsecretário do Tesouro Estadual, Wederson Xavier de Oliveira, o resultado reflete o compromisso do Estado com a responsabilidade fiscal e a qualidade da informação contábil e financeira. “A aprovação das contas demonstra o cumprimento dos limites legais e fiscais e reforça a solidez da gestão das finanças públicas estaduais”, disse.

Principais indicadores
O relatório destacou o crescimento da arrecadação estadual, a manutenção do equilíbrio fiscal e financeiro e a ampliação dos investimentos públicos. Em 2025, a receita líquida do Estado alcançou R$ 49,6 bilhões, enquanto os investimentos somaram R$ 7,21 bilhões, o maior volume da série histórica em valores reais. As disponibilidades de caixa atingiram R$ 13,9 bilhões, assegurando elevada capacidade de pagamento.

O documento também registra que Goiás alcançou o menor nível de endividamento bruto desde a edição da Lei de Responsabilidade Fiscal, com dívida consolidada equivalente a 62,6% da Receita Corrente Líquida (RCL).

Outro destaque foi a conclusão da transição do Regime de Recuperação Fiscal (RRF) para o Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados (Propag), com potencial de economia estimada em R$ 26 bilhões no serviço da dívida ao longo de 30 anos.

A apreciação das contas contou com participação do procurador-geral do Ministério Público de Contas do Estado de Goiás, Fernando dos Santos Carneiro. Com a emissão do parecer prévio, o processo segue para a Assembleia Legislativa de Goiás (Alego), responsável pelo julgamento definitivo das contas.